

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. RENATO MOLLING)

Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941 – Código Penal, tipificando a pichação como crime de dano.

Art. 2º Os arts. 163, 165 e 167 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 163. Destruir, inutilizar, deteriorar ou conspurcar coisa alheia:

Pena -

Parágrafo único. Se o crime é cometido:

.....

V – com o emprego de qualquer tipo de tinta, piche, ou produto semelhante;

VI – de maneira furtiva ou dissimulada.”;

“Art. 165. Destruir, inutilizar, deteriorar ou conspurcar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico.

Pena -;”

“Art. 167. Nos casos do caput do art. 163 e do art. 164 somente se procede mediante queixa; e dos incisos IV, V e VI do parágrafo único do art. 163, mediante representação.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A prática da pichação alastrou-se por todo o país, causando graves prejuízos a particulares e ao Poder Público.

Ocorre que a conduta da pichação não se encontra prevista no tipo penal dos artigos 163 e 165 do Código Penal, nos quais os verbos destruir, inutilizar e deteriorar configuram o crime de dano. No caso da pichação, o que ocorre é a conspurcação, que não se confunde com a deterioração, desde que não afete a substância da coisa.

Há, portanto, que acrescer a ação de conspurar ao tipo penal, tornando possível a punição exemplar dos pichadores.

Ante o exposto, conto com o apoio de meus pares, no sentido da aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado RENATO MOLLING